

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL**ATA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente. Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

- Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite; António Luís Carrapa Sarmento; Liliana Matias Soares; Manuel Leite dos Santos; Sara Maria Paiva da Guia; João Miguel Oliveira Sarmento; José António Amaro Nunes; Carlos Alberto Moura Cabral; Tiago José Gomes Ildefonso.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Manuel do Carmo Ferreira; Balduino do Carmo Fonseca, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros: José Manuel de Andrade Oliveira; Liliana Luísa Dias Monteiro e João Filipe Lopes Correia.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido os Senhores Vereadores José Bruno Gouveia Cardoso e Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** iniciou por cumprimentar todos os presentes, tendo dirigido uma saudação especial aos membros Carlos Alberto Moura Cabral e Manuel Leite dos Santos, por não lhes ter sido possível estarem presentes na última sessão.

Deu ainda as boas vindas à Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca.

Chamou a atenção do público presente para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata nº 2 da sessão ordinária de 15.12.2017;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Informações.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

➤ Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. h) do nº 2, do art. 18º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1/09, alterada pela Lei nº 142/2015, de 08.09);

➤ Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo (20 anos), até ao montante de € 248.406,00, para financiamento complementar de vários investimentos municipais comparticipados pelo Programa Operacional Regional do Norte- Portugal 2020;

➤ Apreciação e votação da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para 2018;

➤ Apreciação e votação da proposta de alteração do número máximo total de subunidades orgânicas dos serviços municipais;

➤ Apreciação e votação da proposta de 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2018;

➤ Apreciação e votação do pedido de autorização da alienação do edifício composto por 2 blocos (12 fogos), sito no lugar do Souto Mercado, na cidade de Tarouca e fixação das respetivas condições gerais;

➤ Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - Informação referente ao período de 05.12.2017 a 09.02.2018;

➤ Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 15.12.2017**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número dois da sessão ordinária de quinze de dezembro de dois mil e dezassete, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas quaisquer alterações, procedeu-se à votação da ata número dois da sessão ordinária de quinze de dezembro de dois mil e dezassete, tendo a mesma sido aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e três abstenções dos membros Manuel Leite do Santos, Carlos Alberto Moura Cabral e Balduino do Carmo Fonseca, por não terem estado presentes naquela sessão.

O membro Carlos Alberto Moura Cabral disse que, apesar de não ter estado presente na última sessão deste órgão, se associa ao voto de protesto e recomendação que foi aprovado na mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que esse voto de protesto foi elaborado por membros dos Grupos Municipais, presentes na sessão e foi enviado às entidades competentes e dado conhecimento do mesmo à CIMDouro

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: INFORMAÇÕES.

O Senhor Presidente da Assembleia, acerca das faltas dos membros, alertou para a necessidade de fazerem chegar à Mesa atempadamente a respetiva justificação de falta por escrito. Prosseguiu a sua intervenção informando que se encontra disponível para consulta por todos os membros a correspondência recebida, tendo destacado a seguinte:

- Diversos convites recebidos das Associações e Instituições do Concelho para as respetivas Festas de Natal;

- Convite da Associação Flor do Sabugueiro, para o Encontro das Janeiras;

- Convite da Associação Filarmónica de Tarouca para o Presidente da Assembleia integrar o coro da Missa Brevis, no qual está a participar;

- Comunicação da Direção Geral das Autarquias Locais, sobre o apuramento do endividamento da Autarquia, relativo ao ano de 2016, informando que ainda existe sobre-endividamento, apesar da melhoria verificada entre o ano de dois mil e quinze e dois mil e dezasseis;

- Ofício do Tribunal de Contas, no qual informa sobre a homologação da conta de gerência do ano de dois mil e treze, apresentando um conjunto de recomendações, que certamente a Câmara Municipal estará a implementar, tendo distribuído uma cópia do mesmo pelos líderes de cada Grupo Municipal.

Concluída a sua intervenção e verificando-se que não houve inscrições para o 1º momento do período de intervenção do público, passou-se de seguida à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

O **membro José António Amaro Nunes** disse que pretende apresentar um voto de pesar pelo falecimento de João Carlos de Barros Carvalho, e uma vez que lhe parece que é um tema comum a todos os presentes, solicitou que a apresentação do mesmo não contasse no seu tempo de intervenção.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse que a Mesa não vê qualquer inconveniente no facto de a apresentação do voto de pesar não contar para o tempo de intervenção.

Passou-se de seguida à intervenção dos seguintes membros inscritos para o efeito:

- **Manuel do Carmo Ferreira** - Apresentou por escrito a intervenção que a seguir se transcreve:

"Há vinte anos foi alargado o cemitério para os dois lados, o cantão do lado direito já está completamente cheio, o do lado esquerdo já vai a mais de meio. O que quer dizer que o espaço que temos só dá para umas vinte sepulturas. Se for ao ritmo deste ano que já faleceram 8 pessoas, só temos cemitério para este ano.

Temos um terreno em vista!... O dono já faleceu, mas ficaram os herdeiros; já lhes dei os entenderes do interesse do terreno, mas não chegamos a nenhum valor monetário.

Senhor Presidente, este caso é prioritário, porque o nosso povo está muito envelhecido e os naturais de Várzea, que falecem fora da terra, também querem cá ser sepultados.

Eu gostava que o Senhor Presidente se deslocasse ao local para se certificar desta situação. Porque ultimamente nem durmo em condições a pensar neste problema.

Informo ainda o seguinte:

Com a aquisição do trator, da capinadora e do braço lateral, por parte da Assembleia de compartes, temos andado a limpar os caminhos agrícolas, já cortamos as giestas em volta da casa do guarda e fizemos um grande desbaste no Teixelo junto às casas."

- **Sara Maria Paiva da Guia** - Iniciou por referir que é para ela uma honra integrar este órgão e poder exercer o seu direito de cidadania e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento do Concelho.

Referiu a legislação que remonta ao ano de dois mil e seis, mas que só agora se lembraram de que é preciso cumprir, e que tem a ver com o prazo estabelecido aos particulares,



Fl. 186

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até quinze de março próximo, para procederem à limpeza dos terrenos junto dos caminhos, sob pena de serem autuados. Salientou que têm consciência de que o Executivo tem feito o seu melhor para a proteção das florestas do Concelho, tendo referido algumas das medidas que têm vindo a ser tomadas. Perguntou, por isso, e uma vez que estamos a chegar ao dia quinze de março, quais as medidas adotadas pelo Executivo e pelas Juntas de Freguesia para darem o exemplo aos particulares de um comportamento proactivo na limpeza de terrenos.

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Referiu que, na sequência do voto de protesto aprovado na última sessão, o Executivo reformulou a candidatura relativa à prevenção dos incêndios florestais e submeteu uma nova candidatura, com o que se congratulou, tendo agradecido a sensibilidade demonstrada para com este assunto.

Em seu nome pessoal e dos outros Presidentes de Junta de Freguesia, em resposta ao membro Sara Maria Paiva Guia, informou que anualmente têm vindo a proceder à limpeza das faixas junto aos caminhos, o que cada vez é mais difícil, porque as aldeias estão a ficar desertificadas e com população muito idosas, e por isso abundam os terrenos abandonados, mas têm vindo a fazer o que é possível, cujo trabalho pretendem ainda melhorar mais se for possível.

Agradeceu a um grupo de amigos que se reuniu e constituiu a Associação Downhill, e que está a fazer um excelente trabalho e vai levar a cabo no próximo fim de semana um evento muito importante de Downhill, na cidade de Tarouca, a Taça Internacional C1, que vai trazer muita gente a Tarouca. Deu os parabéns pela persistência que têm demonstrado e pela forma como têm trabalhado em prol do desenvolvimento de Tarouca.

- **Manuel Leite dos Santos** - Relativamente aos pontos de luz para a rega agrícola, e uma vez que o Senhor Presidente da Câmara afirmou numa reunião em dois mil e dezassete que nunca tinha sido interpelado por nenhum agricultor sobre o assunto, perguntou-lhe se já se questionou porque é que isso nunca aconteceu.

Referiu que os terrenos estão sem água por causa das condições climáticas, e que há muitos terrenos abandonados, o que julga que deveria ser repensado. Questionou se não valeria a pena fazer um plano de rega para o concelho através de um plano estratégico, com a instalação de rede elétrica. Sugeriu que os Senhores Presidentes de Junta fizessem o levantamento das necessidades no Concelho a esse nível, a fim de apresentarem uma candidatura para o efeito. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a continuidade dos Jogos Florais, uma vez que não viu no orçamento qualquer verba prevista e julga que eles deveriam prosseguir.

Perguntou ainda ao Senhor Presidente da Câmara em que ponto de situação está a iluminação pública do Concelho.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Relativamente à atual situação da limpeza das florestas, lembrou as catástrofes que aconteceram no verão passado, lamentando que o Governo venha agora na legislação aprovada empurrar para as Autarquias Locais a maior responsabilidade sobre os incêndios.

Prosseguiu dizendo que, quanto ao período para limpeza dos terrenos, os particulares têm até ao próximo dia quinze de março, contudo é nesta altura que a vegetação menos cresce, a partir de abril a vegetação vai começar a crescer em força, por isso, tudo o que for agora limpo terá de o ser novamente antes do verão, parecendo-lhe totalmente desajustado o prazo que foi aprovado.

Disse ainda que teve conhecimento pela comunicação social da realização de uma reunião da Associação Nacional dos Municípios, sobre este assunto, tendo perguntado ao Senhor Presidente da Câmara se há alguma alteração ao período limite para as limpezas dos terrenos. Salientou, no entanto, que o Senhor Presidente da Câmara pode contar com todos os Presidentes de Junta para colaborarem na limpeza das florestas, cujo trabalho não é fácil dado o envelhecimento da população e a própria desertificação do Concelho

Concluiu manifestando novamente seu desagrado pela forma como o Governo conduziu este processo, atribuindo toda a responsabilidade das limpezas dos terrenos às Autarquias Locais.

- **Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite** - Iniciou por referir a menção que o Senhor Presidente da Câmara fez na última sessão relativa ao seu Coordenador, tendo esclarecido que está neste órgão na qualidade de membro e não na qualidade de funcionário dos serviços de saúde.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque é que Tarouca ficou à margem da implementação do projeto de Saúde Dentária nos Cuidados de Saúde, pois entende que, tendo em conta que é um Concelho com muitas necessidades nesse âmbito, seria uma excelente oportunidade para dar melhores condições aos nossos cidadãos em termos de saúde oral.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Felicitou o Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, e tendo em conta o resultado obtido nas últimas eleições, que considera ser uma responsabilidade acrescida, faz votos para que não desiluda os Tarouquenses.

Disse que verificou que estão a ser tomadas medidas relacionadas com o índice de transparência, tendo desafiado o Executivo a reduzir o prazo de pagamento aos fornecedores em cinquenta por cento.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que, na ata da última sessão o Senhor Presidente da Assembleia falou em equidade no tratamento de todos os membros, o que espera se venha a concretizar na prática, porque as minorias têm de ser respeitadas, pois muitas vezes é delas que saem propostas para o desenvolvimento de um povo.

Aos colegas do Grupo Municipal do PSD disse que espera que também questionem o Executivo, no âmbito da sua função fiscalizadora, para que contribuam para o esclarecimento dos assuntos, de forma a que esse não seja só um ónus da oposição.

Concluiu desejando ao Senhor Presidente da Câmara muito sucesso, porque o seu sucesso será o de todos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em relação ao respeito pelas minorias, informou que, o próprio Regimento em vigor já salvaguarda essa questão, pois prevê que qualquer Grupo Municipal, mesmo que tenha um só membro, como é o caso do CDS-PP, tenha dez minutos para intervir no período de antes da ordem do dia, e não apenas dois minutos.

Acrescentou que está certo que a Mesa irá fazer um esforço no sentido de respeitar sempre as minorias.

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Felicitou o Executivo pela aprovação da candidatura da zona ribeirinha, que será uma zona de lazer, e que ajudará a combater o sedentarismo.

Referiu que, analisando as ideias do Executivo para as grandes obras, vê-se que pensou também em criar emprego, designadamente com a criação da área empresarial, que ajudará a fixar as pessoas no Concelho.

Salientou ainda a Régiefrutas, uma infraestrutura importante para o desenvolvimento do Concelho e que o Senhor Presidente da Câmara tem acarinhado muito, tendo-lhe perguntado se os produtores podem esperar o aumento dos valores da baga; se será criado mais emprego; e que tipo de negócios está a desenvolver neste momento. Disse ainda que ficou muito agradado por ver que aquela unidade se tem mantido em funcionamento com mais pessoas do que era habitual, e ainda com o facto de ver que o Senhor Presidente da Câmara participa em muitas atividades da Régiefrutas, vestindo a farda e "metendo mãos à obra", tendo-lhe solicitado que fale um pouco do projeto desta valência.

- **José António Amaro Nunes** - Referiu-se ao protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e o Município Tarouca, em 2009, respeitante ao pessoal não docente e à transferência do Parque Escolar, com a incumbência da manutenção dos edifícios escolares, designadamente da Escola E.B. 2/3 +S de Tarouca. Uma vez que teve a oportunidade de assistir a uma reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tarouca, na qual foi levantada a

questão das obras urgentíssimas que o edifício da Escola E.B. 2/3 +S de Tarouca necessita, tendo perguntado ao Senhor Presidente da Câmara o que o Município pode dizer em concreto em relação àquelas obras.

Relativamente à Área Empresarial de Tarouca, uma vez que as obras já estão a decorrer, perguntou se o projeto já foi aprovado, quanto vai custar esta obra ao Município, mesmo sendo por administração direta e se já existe regulamento aprovado para a venda dos lotes.

Perguntou ainda em que moldes foram celebrados os contratos entre o Município e os taxistas do Concelho, para o transporte de pessoas para o IPO do Porto.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Iniciou por valorizar a prova de Downhill que vai acontecer no próximo fim de semana, salientando a importância da mesma para trazer gente ao concelho. Deixou ainda uma palavra de incentivo aos jovens da Associação Downhill pela forma árdua como trabalham, para que a prova seja um sucesso, constituindo um bom exemplo para todas as Associações.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o andamento das obras em Alcáçima; acerca da Zona Ribeirinha e ainda sobre a Área Empresarial Local, tendo dito que entende que era bom que este órgão tivesse conhecimento como o Executivo está a conseguir levar a cabo esta obra, uma vez que já não tiveram a possibilidade de a candidatar a financiamento comunitário, por já não existir para este tipo de obras. Perguntou ainda se já há interessados na compra de lotes na área empresarial.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por dar as boas vindas ao membro Carlos Alberto Moura Cabral, por entender que será uma mais-valia para este órgão e ao membro Manuel Leite dos Santos.

Dirigindo-se ao membro Manuel do Carmo Ferreira, disse que logo que lhe for possível, deslocar-se-á a Várzea da Serra para verem a questão do alargamento do cemitério.

Quanto à limpeza dos terrenos, disse que se trata de um problema complicado, pois não se pode fazer em tão pouco tempo o que não se fez em anos, apesar do excelente trabalho que tem sido feito pelos Senhores Presidentes de Junta. Informou que, nem a Associação Nacional de Municípios Portugueses, nem os Municípios concordam com a decisão do Governo sobre o assunto, estando prevista uma reunião em Vila Real com os Senhores Ministro e Secretário de Estado, para discutir o assunto. Salientou ainda que na passada quarta-feira reuniu com os Comandantes dos Bombeiros Voluntários e da GNR e com o Senhor Vice-Presidente, para delinear um conjunto de preparativos

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para os próximos meses, tendo sido decidido que um técnico do Município e representantes dos Bombeiros acompanharão a GNR, para fazerem um trabalho pedagógico junto das pessoas. Informou ainda que já foi submetida mais uma candidatura para a prevenção dos incêndios, esperando que esta seja aprovada.

Relativamente aos regadios, disse que ainda ontem deu uma volta pelo Concelho para tentar colher soluções para resolver o problema da rega dos terrenos, as quais são de custo muito elevado, por isso espera que abra um financiamento comunitário para o efeito.

Quanto à iluminação pública, disse que já há várias aldeias com Leds, e quando estiverem todas colocadas, a eletricidade ficará acesa toda a noite.

Em relação aos Jogos Florais, disse que se realizarão na altura própria, não havendo necessidade de existir uma rubrica específica para o efeito.

Ao membro Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite explicou que se referiu ao seu Coordenador, porque é com ele que tem de falar em termos de saúde no Concelho, e que não o quis ofender quando o referiu, porque respeita a sua qualidade de membro deste órgão.

Quanto à saúde dentária, explicou que efetivamente foi proposta uma cadeira por ACES, e que, na qualidade de Presidente do Conselho da Comunidade, teve a oportunidade de a chamar para o Centro de Saúde de Tarouca, contudo, como em Tabuaço não existe nenhuma clínica dentária, foi solidário com aquele Concelho, tendo concordado que ela fosse ali instalada, por ser mais necessária do que em Tarouca, uma vez que neste Concelho existem três clínicas dentárias.

Ao membro José António Amaro Nunes explicou que o Município assumiu um compromisso com os doentes oncológicos carenciados, para os transportar para os seus tratamentos/consultas, e não tendo capacidade para responder a todos os pedidos, tiveram de recorrer aos serviços de táxis do Concelho, tendo sido celebrado um contrato com todos eles, no sentido de se continuar a prestar este serviço social.

Ao membro Tiago José Ildefonso disse que está satisfeito com o desenrolar dos trabalhos da Área Empresarial, porque dentro de pouco tempo estará a funcionar. Os trabalhos têm sido feitos por administração direta, uma vez que já não existe possibilidade de candidatar novas zonas empresariais aos fundos comunitários. Contudo, se querem empreendedores e empregos, têm de criar condições para o efeito, por isso entende que é uma obra estruturante, apesar do grande esforço financeiro que estão a fazer, tendo louvado o trabalho dos funcionários do Município.

Explicou ainda que vão ser feitos dez lotes, mas têm o dobro da procura, o que os tem surpreendido pela positiva. Quanto à Régiefrutas, explicou que é um projeto muito complicado, que anteriormente, nesta altura, não tinham atividade, mas que agora já têm ocupação durante todo o ano. Atualmente têm mais de trinta pessoas a trabalhar diariamente, mas que ainda precisavam de mais, para satisfazer todas as encomendas que têm recebido. Explicou que muitas vezes "veste a bata de trabalho" para mostrar aos trabalhadores que é um trabalho que todos podem fazer e incentivar assim a produção, não só com o objetivo de aumentar a empregabilidade, mas também para permitir pagar mais aos produtores da baga.

Considera que deve ser incentivada no Concelho a produção de baga do sabugueiro, pois os produtores têm garantia de escoamento da mesma. Informou que o pagamento da baga tem sido feito até novembro para dar confiança aos agricultores e eles congratulam-se com esse facto.

Acrescentou que a Régiefrutas é uma infraestrutura que está a criar condições para ser uma empresa sustentável no futuro.

Ao membro José António Amaro Nunes, disse que em relação ao protocolo com o Ministério da Educação, o Município tem gasto muito dinheiro na manutenção dos edifícios escolares e quanto às obras a que se referiu, vai ser feito esse trabalho nas férias escolares, designadamente a mudança do sistema de aquecimento, o arranjo dos estores, etc., pois estão atentos a essas necessidades.

Ao membro António Luís Carrapa Sarmento disse que a requalificação da Alcácia já está bastante adiantada e julga que em maio estará finalizada.

Passou de seguida a palavra ao **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, que iniciou por informar que está em curso uma campanha pedagógica junto dos proprietários dos terrenos, com representantes da GNR, Bombeiros, Município e Juntas de Freguesia, relativa à limpeza de terrenos.

Foram ainda feitos avisos nas Paróquias, colocados editais, avisos nas redes sociais e será ainda distribuído um *flyer* com indicações sobre a limpeza dos terrenos.

Informou também que foi apresentada nova candidatura ao PDR 2020, no âmbito da prevenção de incêndios, que incluiu todas as freguesias, com exceção da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha, por causa do seu baixo índice de perigosidade.

Referiu ainda que foi apresentada uma candidatura para a construção de mais quatro pontos de água no Concelho e para a reabilitação da charca de Santa Helena.

Disse ainda que vão constituir uma equipa de cinco elementos para iniciarem a limpeza em substituição dos proprietários, a partir de quinze de março, porque esta lei



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é efetivamente ingrata até na sua forma técnica, pois os Municípios que não cumprirem serão penalizados no FEF.

Informou que o Município apresentou em 2017 uma candidatura para a constituição de uma equipa de sapadores florestais, não tendo sido abrangidos. Atualmente, nem os Municípios, nem as Juntas de Freguesia podem concorrer, só existe essa possibilidade para as CIMS, com uma brigada (três equipas) por cada uma, mas não têm responsabilidades de limpeza.

Garantiu que vão continuar a trabalhar na prevenção, por isso o Município vai avançar com a referida equipa de cinco pessoas, para tentarem cumprir a lei.

Acrescentou que o corrente ano vai ser difícil em termos de incêndios, pois nas últimas semanas já tiveram vários focos de incêndio.

Salientou ainda a dificuldade que existe em identificar os proprietários dos terrenos para os notificarem, pois já em 2015 o tentaram fazer e não foi fácil. Por isso não se vislumbra como será o Município ressarcido do valor gasto com a limpeza dos terrenos. Acrescentou que este é um assunto que deve preocupar todos os presentes, solicitando-lhes que colaborem no sentido de colaborarem na sensibilização da população.

Ao membro Carlos Alberto Moura Cabral, quanto à sugestão de diminuição do prazo médio de pagamentos aos fornecedores, disse que os pagamentos a fornecedores são feitos a noventa dias, contudo o rácio fica alterado por causa dos acordos de pagamento com as diversas entidades, que apesar de não estarem vencidos, pesam na dívida e aumentam o rácio dos prazos.

Relativamente à Prova de Downhill do próximo fim de semana, disse que a maior parte dos Tarouquenses não percebem o impacto que isto terá no nome de Tarouca, mas esta atividade trará treze nacionalidades diferentes a Tarouca, porque é uma prova internacional e, por isso, entende que todos têm o dever de comparecer no evento e agradecer estas pessoas que nos visitam.

Lembrou ainda a realização do III Dualto do Varosa e da Rota dos Moinhos que terá lugar no dia sete de abril, na Associação de S. João de Tarouca, para apresentação da rota dos moinhos de S. João de Tarouca, que vai ser importante para a promoção do Concelho.

Concluiu informando que o Município de Tarouca estará presente no sábado na Bolsa de Turismo em Lisboa, na montra da CIMDouro, com os Municípios todos representados, sendo no sábado o dia dedicado aos produtos endógenos.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação do plenário o seguinte voto de pesar, após ter sido apresentado pelo membro José António Amaro Nunes:

"Apresenta-se um sentido Voto de Pesar pelo falecimento de ilustre e reputada figura da comunidade Tarouquense, João Carlos de Barros Carvalho.

Para além do reconhecido profissional forense, nutria uma dedicação especial aos Bombeiros de Tarouca, tendo sido diretor entre 1985 e 1990.

Pela qualidade da sua intervenção cívica, sobretudo ao nível do associativismo, onde lutou com as maiores dificuldades de construção do nosso Quartel, merece um destaque especial.

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, em nome da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, desejamos perpetuar na memória, mostrar enaltecimento público e reconhecida gratidão, associada a este voto de pesar, uma singela, mas justa homenagem à pessoa de João Carlos de Barros Carvalho."

Procedeu-se à votação do presente voto de pesar, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, o qual deverá ser transmitido à família.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Executivo se associa a este Voto de Pesar.

Passou-se de seguida à discussão da seguinte ordem do dia:

APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2017 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TAROUCA, DE ACORDO COM A AL. H) DO N° 2, DO ART. 18° DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

Presente o Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de dois mil e dezassete da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. j) do n° 2, do art. 18° da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n° 147/99, de 1/09).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por valorizar o papel da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, agradecendo a todos os membros, quer da Comissão restrita, quer da alargada, e à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, pois entende que enquanto houver crianças com dificuldades, todos devemos estar preocupados.

Deu de seguida a palavra à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, para proceder à apresentação do referido relatório.

A Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca iniciou por agradecer a oportunidade para apresentar o relatório.

Agradeceu ainda a todos os comissários a disponibilidade para participarem nas comissões.

Prosseguiu a sua intervenção, com uma breve explicação sobre a composição da Comissão Alargada e da Comissão Restrita.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apresentou de seguida a realidade processual, designadamente o número total de processos transitados, abertos, reabertos e arquivados, no ano findo, e os motivos do seu arquivamento.

Passou à caracterização das crianças/jovens, tendo manifestado a sua preocupação com o facto de terem sido sinalizadas crianças mais novas, por situações mais graves de negligência.

Informou que as principais entidades sinalizadoras são as seguintes: o Agrupamento de Escolas, a CPCJ, as entidades de acolhimento, as entidades de saúde e os pais, a quem agradeceu.

Referiu que os maiores motivos para intervenção no Concelho foram a exposição a comportamentos desviantes e a negligência.

Apresentou de seguida as medidas que foram aplicadas nos processos, salientando que foi privilegiada a intervenção junto aos pais, por entenderem que é sempre no seio da família que as crianças estão melhor, o que requer um maior esforço da parte da Comissão, para fazer o acompanhamento dos pais.

Referiu a realidade processual que transitou para o ano de dois mil e dezoito, na qual se verifica que a negligência e a exposição a comportamentos desviantes é o principal motivo de intervenção.

Referiu que tem participado em encontros regionais e nacionais e tem verificado que muitas das Comissões se queixam das relações que têm com os respetivos municípios, ao contrário do que acontece em Tarouca, tendo salientado a grande abertura e colaboração do Executivo Municipal, que está sempre disponível para cooperar em todas as situações, assim como às restantes entidades parceiras.

Agradeceu ainda ao Senhor Presidente da Câmara toda a colaboração e ao Senhor Presidente da Assembleia pela cedência da sala para as reuniões da CPCJ.

Concluiu a sua intervenção, apresentando um vídeo contendo imagens das atividades que foram realizadas pela Comissão no ano de dois mil e dezassete, em parceria com as diversas entidades do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que considera muito importante o conhecimento desta realidade processual, cujo trabalho articulado com as diversas entidades é fundamental para a realização de um bom trabalho.

Intervieram na discussão do assunto os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Valorizou o trabalho da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, dando o seu testemunho, na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia, da grande harmonia que existe entre as várias Instituições do Concelho, para encontrarem soluções para

casos que parecem muito complicados, mas que têm sido resolvidos com relativa facilidade.

Dirigindo-se à Presidente da Comissão, disse-lhe que está a fazer um excelente trabalho e por isso deverá continuar na mesma senda.

Intervenção de seguida o Senhor Presidente da Câmara tendo agradecido em nome de todo o Executivo o trabalho desempenhado pela Presidente da CPCJ e por todos os elementos que compõem a mesma, pois admira muito a forma como fazem o seu trabalho, de forma quase impercetível, mas com grande eficiência empenho por parte de todos.

Agradeceu ainda a todas as restantes entidades parceiras, a colaboração prestada.

Intervenção ainda o membro José António Amaro Nunes tendo referido que a atuação das CPCJs deve ser a mais recatada possível, reconhecendo que a intervenção da CPCJ de Tarouca tem respeitado esse princípio, até porque não foi feita qualquer referência a pessoas, só a números.

Disse que conhece bem o papel da CPCJ, pois foi o primeiro Presidente da CPCJ de Tarouca, lembrando-se bem da dinâmica que tinha que existir entre as Instituições para serem resolvidos os casos em pouco tempo. Por isso, deu os parabéns à Presidente da CPCJ por continuar esse trabalho, tendo enaltecido também o trabalho de toda a Comissão Restrita, fazendo votos para que continuem sempre a trabalhar da mesma forma.

Foi tomado conhecimento.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (20 ANOS), ATÉ AO MONTANTE DE € 248.406,00, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE VÁRIOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS COMPARTICIPADOS PELO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE- PORTUGAL 2020

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a longo prazo (20 anos), até ao montante de € 248.406,00, destinado exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional dos projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) do Programa Operacional Regional do Norte- Portugal 2020, identificados no mapa anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante, aprovado em reunião camarária de 15 de fevereiro de 2018, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, da única proposta recebida e da informação da Divisão Administrativa e Financeira, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (20 ANOS), ATÉ AO MONTANTE DE 248 406 €, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR



191

Fl. _____

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**DE VÁRIOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS COMPARTICIPADOS PELO
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE- PORTUGAL 2020**

PROPOSTA

Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal proferida em 25.01.2018, foram consultadas várias entidades bancárias para apresentação de propostas, tendo em vista a contratação de um empréstimo a longo prazo (20 anos), até ao montante de € 248 406, para financiamento complementar de vários investimentos municipais participados pelo Programa Operacional Regional do Norte- Portugal 2020.

Respondeu ao convite do Município uma entidade bancária, cuja proposta foi objeto de análise e enquadramento legal nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de oito de fevereiro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Com fundamento na mencionada informação, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma:

a) autorização para contratar, ao abrigo do disposto no artigo 49.º, n.ºs 1,2 e 5 da Lei n.º 73/2013, de 3.09, com a **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de longo prazo, por 20 anos, até ao montante de € 248 406 (duzentos e quarente e oito mil e quatrocentos e seis euros), à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um spread de 1,10%, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta.**

O empréstimo a contratar destina-se exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional dos projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), identificados no mapa anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante.

Anexos:

- a) proposta recebidas;
- b) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
- c) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 9 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que, para conseguirem fazer face ao montante da comparticipação nacional dos projetos com comparticipação comunitária, têm necessidade de recorrer a este empréstimo, tendo sido enviados a todos os membros os documentos, com a devida antecedência, disponibilizando-se para responder a qualquer dúvida.

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Perguntou qual a razão de não se contratar o financiamento com uma taxa de juro fixa, em vez da taxa variável prevista, uma vez que atualmente estamos num período de taxas de juro muito baixas e que se está a falar de um prazo de 20 anos, em que a tendência é a da subida das taxas de juro.

Por outro lado, referiu que não lhe parece que os investimentos em causa vão gerar uma despesa futura para o Município, o que considera positivo.

Congratulou-se com o facto de se prever nos documentos previsionais uma redução da dívida no final do ano, fazendo votos para que isso aconteça, pois considera que o Município tem de esforçar-se para sair do excesso de endividamento.

- **José António Amaro Nunes** - Iniciou por manifestar a sua satisfação com o facto de o Executivo ter assumido publicamente que não irá perder qualquer tipo de candidatura, desde que isso não ponha em causa a estrutura financeira do Município, nem que fosse necessário recorrer a empréstimos, a exemplo do que fizeram anteriores Executivos, para não colocarem em causa o desenvolvimento do Concelho.

Quanto às obras que foram candidatas, disse que, apesar de terem outras prioridades, não irão colocar em causa o recurso ao financiamento, para que seja possível ao Executivo fazer as obras que pretende.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que este empréstimo não trará aumento da dívida, em termos percentuais, e não tem período de carência, o que lhe parece ser importante. Considera que as obras candidatas são importantes e necessárias, salientando que no anterior mandato também foi feita muita obra de proximidade, que apesar de não serem desta envergadura, tiveram grande valor para a população do Concelho.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que, neste momento, a taxa de juro variável é a melhor



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

opção, mas em qualquer momento poderão optar pela taxa fixa, se for mais favorável ao Município.

Explicou que, no anterior mandato, foi feita muita obra, que pode não ter sido estruturante, mas foi aquela que resolveu os problemas às pessoas. Para além disso, só há muito pouco tempo abriram os primeiros eixos para as candidaturas.

Salientou o facto de o empréstimo não prever período de carência, ou seja, o seu pagamento não fica assim adiado para o futuro, o que traria dificuldades posteriormente.

Relativamente às obras candidatas, disse que elas são efetivamente uma prioridade de quem está na gestão, contudo não são só definidas por quem governa, mas também pelos próprios munícipes. A propósito, perguntou se conhecem algum Tarouquense que não sonhe com a requalificação da Alcáçima ou com a criação da zona ribeirinha. Por isso, entende que é muito importante realizar as obras que são uma prioridade para as pessoas.

Concluiu referindo que a Câmara Municipal tem um encargo anual com empréstimos no valor de cerca um milhão e cem mil euros, e em termos líquidos garantiram nos documentos previsionais a redução de pelo menos meio milhão de euros anualmente, o que significaria que sempre que tivessem necessidade de recorrer à banca para obterem um financiamento teriam de garantir aquela redução da dívida.

Intervieram ainda os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que mantenha a postura que teve no mandato anterior, relativamente à colaboração com as Juntas de Freguesia, na execução das pequenas obras, porque, para a sua população, aquelas obras foram muito importantes.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que atualmente é fácil conseguir-se uma taxa de juro fixa e há formas de conseguir a cobertura dos juros. Posteriormente, poderá não ser tão fácil de conseguir, prevendo-se que as taxas de juro vão começar a subir.

Considera que deve ser prevista a possibilidade de amortização do empréstimo sem penalização.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que não percebeu a alusão às obras que foram feitas nos últimos quatro anos, nem às obras estruturantes, porque na sua intervenção não se referiu a esses assuntos.

Não percebeu também a alusão feita à questão do plano do financiamento que o Executivo aprovou na altura, no que respeita ao período de carência, para o empréstimo de treze anos, que agora foi renegociado para um período de vinte anos, o que vai acabar por ser a mesma coisa em termos de encargos para as gerações futuras.

Concluiu dizendo que irão votar a favor do documento em discussão.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Salientou que existem grandes diferenças na atuação dos Executivos, pois o atual Executivo só inicia as obras a que se propõe, desde que tenha as respetivas candidaturas aprovadas. Ao contrário do que aconteceu com o anterior Executivo, no que respeita, por exemplo, à ampliação do edifício dos Paços do Município, que avançou com a obra sem candidatura aprovada, e depois acabou por não obter financiamento e ter de ser este Executivo a pagá-la.

Garantiu ainda ao Senhor Presidente da Câmara todo o seu apoio, incentivando-o a continuar na mesma senda.

Interveio de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, tendo referido que tomou nota do alerta do membro Carlos Alberto Moura Cabral.

Ao membro José António Amaro Nunes disse que quando falou das obras estruturantes o fez genericamente, porque este membro no final da sua intervenção disse que "assim há obra". Quanto à questão do período de carência, explicou que, é importante que não exista, porque assim a preocupação com o pagamento do empréstimo começa imediatamente, não se protelando para o futuro.

Concluiu garantindo aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que o Senhor Presidente da Câmara é determinado e vai a manter a sua forma de atuar.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação, ao abrigo do disposto no artigo 49º, n.ºs 1,2 e 5 da Lei n.º 73/2013, de 3.09, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, de um empréstimo a longo prazo, por 20 anos, destinado exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional dos projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), identificados no mapa anexo à presente proposta, da qual faz parte integrante, até ao montante de €248.406 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e seis euros), à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor a 6 meses", apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um spread de 1,10%, não podendo em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável ser inferior ao "spread", e nas demais condições constantes da sua proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e dez minutos, foi feito um intervalo nos trabalhos.

Foram retomados os trabalhos pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos, com a presença dos mesmos membros.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.02.23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Passou-se à apreciação do ponto três da ordem do dia.

PONTO 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS PARA 2018

Presente a proposta de 1ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para 2018, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 15 de fevereiro de 2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, a qual a seguir se transcreve:

"1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS PARA 2018

PROPOSTA

Verificando-se a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento para o ano 2018, de criar a rubrica da receita * 150101 - "Reposições não abatidas nos pagamentos", em virtude de se prever a arrecadação da mesma no corrente ano, e de criar uma ação não prevista no projeto nº 78/2018 do Plano de Atividades Municipais:

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2018**, cujos mapas se anexam:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 24 100, na referida rubrica 150101 e diminuições no mesmo montante na rubrica 10030199;

* 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços e diminuições no montante de € 2 000;

* 1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão da ação associada à rubrica "020225", no projeto 78/2018- "Atividades", função 2.4.2. Turismo, no valor de € 2 000 e diminuições no mesmo valor.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Tarouca, 09.02.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar o assunto.

O **Senhor Presidente da Câmara** explicou que não estava prevista nos documentos previsionais uma rubrica para efeitos de arrecadação de uma receita proveniente da EDP, pelo que teve de se fazer a presente revisão.

Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário,

tendo sido deliberado por unanimidade aprovar os seguintes documentos:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita para 2018, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 24.100,00, na referida rubrica 150101 e diminuições no mesmo montante na rubrica 10030199;

* 1ª revisão ao Orçamento da Despesa para 2018, que apresenta reforços e diminuições no montante de € 2.000,00;

* 1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2018, com a inclusão da ação associada à rubrica "020225", no projeto 78/2018- "Atividades", função 2.4.2. Turismo, no valor de € 2.000,00 e diminuições no mesmo valor.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Presente a proposta de alteração do número máximo total de subunidades orgânicas dos serviços municipais, a qual foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de 15 de fevereiro de 2018, e enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"ALTERAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO TOTAL DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

PROPOSTA

O Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, veio estabelecer o novo regime de organização dos serviços das autarquias locais.

Em 27.12.2012, a Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 19º daquele diploma, procedeu à revisão dos serviços municipais, tendo definido que a dotação máxima de subunidades orgânicas era de sete.

De acordo com a alínea b) do nº2 do artigo 4º do citado diploma, consideram-se "Subunidades orgânicas" as unidades lideradas por pessoal com funções de coordenação.

Considerando a atual necessidade de coordenação de outros serviços municipais, mediante a criação de secções, tendo em vista melhorar a respetiva eficácia e eficiência de funcionamento,

proponho a V. Exas. que, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 6º do citado Decreto-Lei nº 305/2009, de 23.10, esta Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a alteração do número máximo total de subunidades orgânicas dos serviços municipais que passa a ser de **10 (dez)**.

Paços do Município, 9 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar o assunto.

Fl. **194****MUNICÍPIO DE TAROUCA****2018.02.23****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **Senhor Presidente da Câmara** explicou que a presente proposta de alteração das subunidades orgânicas se destina a melhorar o funcionamento dos serviços, em termos de coordenação dos mesmos. Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Perguntou quais são as três novas subunidades a serem criadas e qual o custo acrescido que terá para o Município.

- **José António Amaro Nunes** - Referiu o facto de em dois mil e oito terem sido criadas sete coordenações de serviços, e atendendo ao princípio da racionalização dos meios e ainda por causa da adequação da estrutura à missão das funções que vão ser exercidas, perguntou que mais valia esta proposta trará para a melhoria do funcionamento dos serviços.

Disse ainda que coloca esta questão, porque a fundamentação da proposta é muito reduzida e pouco explícita.

O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta disse que têm alguma dificuldade em saber a quem se dirigir para obterem respostas em alguns dos serviços do Município, designadamente, nos Serviços de Água, do Desporto e Tempos Livres e na Divisão Administrativa, pelo que, com a criação das três subunidades, essa situação será resolvida. Acrescentou que os lugares só serão preenchidos quando julgarem conveniente.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a alteração do número máximo total de subunidades orgânicas dos serviços municipais para 10 (dez).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018

Presente a proposta de 1ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Tarouca para 2018, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 15 de fevereiro de 2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve;

**"1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018
PROPOSTA**

Considerando:

a) O disposto no Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, aprovado pela Lei nº 112/2017, de 29.12, e tendo em conta o levantamento efetuado ao nível deste Município e após análise dos postos de trabalho considerados necessários à satisfação de necessidades permanentes;

b) Que, nos termos no nº2 do artigo 6º daquele diploma, " Nas autarquias locais e nas situações abrangidas pela LTFP,

para efeitos de abertura de procedimentos concursais para regularização extraordinária, os respetivos mapas de pessoal, caso os postos de trabalho correspondentes a atividades de natureza permanente não ocupados sejam em número insuficiente, são aumentados em número estritamente necessário para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas pelo órgão executivo, mediante decisão do órgão deliberativo sob proposta daquele.” ;

c) A necessidade de outros postos de trabalho de natureza permanente, a satisfazer mediante recurso à mobilidade ou através da abertura de procedimento concursal,

Proponho a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência conferida pela alínea a) do n° 2 do artigo 3° do Decreto-Lei n° 209/2009, de 03.09 conjugado com o disposto na alínea o) do n° 1 do artigo 25° do referido diploma, nos termos do artigo 29° da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n° 35/2014, de 20.06 e no n°2 do artigo 6° da Lei n° 112/2017, de 29.12, **da 1ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Tarouca para 2018** em anexo à presente proposta.

Paços do Município, 09 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários obrigada à criação de postos de trabalho de natureza permanente, através da abertura de concursos.

Disse ainda que, para além do cumprimento legal, a criação desses postos de trabalho de natureza permanente é também um dever moral, uma vez que, desde sempre se preocupou com a precariedade da situação laboral destes trabalhadores, que terão agora uma oportunidade de ver a sua situação regularizada, e que para muitos já se mantinha há cerca de dez anos.

Explicou que nem todos poderão ser abrangidos, porque não existe essa possibilidade, tendo dado o exemplo das tarefas da Escola que são mais de trinta, mas só existem vinte e três lugares. Contudo, vão ter em consideração os trabalhadores que estão há mais tempo à espera desta oportunidade.

Salientou que este é um encargo bastante elevado para o Município, por isso ao assumirem este compromisso espera que, quer os restantes elementos do Executivo, quer a Assembleia Municipal, sejam sensíveis à situação.

Intervieram os seguintes membros:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****2018.02.23****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Enalteceu o esforço do Executivo para regularizar a situação destes trabalhadores, pois alguns já estavam há mais de dez anos numa situação de precariedade.

Considera que esta é uma excelente medida para as pessoas, pois a segurança no emprego é muito importante, congratulando-se com a decisão do Executivo para regularizar as situações.

Informou que o prazo para abrir os procedimentos é até maio próximo.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que atendendo aos problemas específicos do interior, devemos fixar a população e criar-lhes expectativas de vida, por isso irá votar a favor da presente proposta.

Perguntou ainda quanto vai custar ao Município esta medida e se aumentará a despesa corrente.

- **José António Amaro Nunes** - Referiu que lhe parece que o procedimento deveria estar concluído até trinta e um de maio próximo e que o presente mapa já deveria ter sido aprovado após trinta dias da publicação do diploma, e que, uma vez que isso não aconteceu, considera que deveria aparecer na fundamentação da proposta, a qual apenas tem por base o normativo.

Perguntou ainda porque é que esta alteração ao mapa de pessoal, não vem já acompanhada da alteração orçamental necessária e se o Executivo não deveria fundamentar a respetiva necessidade dos serviços permanentes, que julga que também é essencial nestes tipos de procedimentos.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que finalmente houve um Governo com coragem para pegar nesta situação da precariedade em toda a Administração Pública e nos Municípios, com o objetivo de a resolver, a exemplo do que exige para o setor privado.

Valorizou o facto de este Município ter agarrado esta medida de imediato, não só pelo dever legal, mas também por ter sentido esse dever moral.

Concluiu dizendo que também tem curiosidade sobre o valor da despesa que esta medida vai provocar, pois é óbvio que os encargos vão aumentar, contudo pensa que não deve esquecer-se que a maioria das pessoas em causa já recebia um vencimento do Município.

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Município tem noventa e três trabalhadores em situação de precariedade, no entanto só há possibilidade de abrir concurso para cinquenta e nove lugares.

Relativamente ao acréscimo da despesa, julga que rondará os vinte ou vinte cinco mil euros mensais. Numa próxima Assembleia Municipal trarão as modificações orçamentais necessárias para aprovação.

Intervieram novamente os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Esclareceu, na qualidade de técnico dos Serviços de Recursos Humanos do Município, que este processo foi iniciado no ano findo, com a realização do levantamento dos trabalhadores e a informação à DGAL sobre o número de precários. Em vinte e nove de dezembro foi publicada a respetiva Lei, com a imposição de um prazo de trinta dias, que coincidiu com o descongelamento de carreiras, reposicionamento remuneratório, etc., o que dificultava a execução daquele trabalho. Entretanto, tiveram uma formação sobre o assunto, tendo sido informado de que o prazo é relativo, uma vez que a lei prevê que possam ser incluídos no procedimento os casos das pessoas que reúnam as condições até cinco de maio próximo, e por isso procederam desta forma.

- **José António Amaro Nunes** - Referiu que, depois de ouvir a explicação do membro Vítor Alexandre Cardoso Ferreira continua a entender que tem pertinência o que afirmou na sua anterior intervenção, sobre o prazo de trinta dias para a aprovação do documento em discussão, e por isso, deixa a recomendação, para que seja acrescentada à proposta uma fundamentação sobre o assunto.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a 1ª alteração ao mapa de pessoal do Município de Tarouca para 2018, anexo à presente proposta, e que dela faz parte integrante.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO DO EDIFÍCIO COMPOSTO POR 2 BLOCOS (12 FOGOS), SITO NO LUGAR DO SOUTO MERCADO, NA CIDADE DE TAROUCA E FIXAÇÃO DAS RESPETIVAS CONDIÇÕES GERAIS

Presente o pedido de autorização da alienação do edifício composto por 2 blocos (12 fogos), sito no lugar do Souto Mercado, na cidade de Tarouca e fixação das respetivas condições gerais, aprovada em reunião da Câmara Municipal de 15 de fevereiro de 2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO DO EDIFÍCIO COMPOSTO POR 2 BLOCOS (12 FOGOS), SITO NO LUGAR DO SOUTO DO MERCADO, NA CIDADE DE TAROUCA E FIXAÇÃO DAS RESPETIVAS CONDIÇÕES GERAIS

PROPOSTA

Em 2002, o Município de Tarouca construiu no Lugar de Souto do Mercado, na cidade de Tarouca, um edifício composto por dois blocos, cada um com rés-do-chão, primeiro e segundo andares e cave comum.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl. 196

2018.02.23

Este edifício foi construído com o apoio do Instituto Nacional de Habitação e financiamento complementar bonificado, destinando-se a arrendamento no regime de renda apoiada (Decreto-Lei n° 163/93, de 7 de maio).

Decorridos 15 anos sobre aquela data, temos vindo a receber inúmeros pedidos dos arrendatários manifestando interesse na aquisição das respetivas habitações.

Considerando que:

- * já cessou a vigência do ónus de inalienabilidade daqueles fogos;

- * o direito de acesso das famílias a uma habitação própria permanente;

- * a necessidade de obter receitas de capital próprias;

- * efetuado o cálculo do preço máximo de venda dos fogos, nos termos da legislação aplicável, o valor total do edifício é de € 654 852, conforme informação dos serviços que se anexa,

proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal **a autorização prevista na alínea i) do n°1 do artigo 25° do referido diploma, para alienação do prédio urbano composto por edifício de dois blocos, cada um com rés-do-chão, primeiro e segundo andar e cave comum, destinado a habitação, sito no lugar do Souto do Mercado, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2338° e descrito na Conservatória do registo Predial de Tarouca sob o n° 02610 de 14 de janeiro de 2003 e ali inscrito a favor do Município de Tarouca sob a apresentação n°2 de 15 de outubro de 2003, a submeter ao regime da propriedade horizontal, nas seguintes condições:**

1-Alienação direta aos arrendatários ou aos membros do respetivo agregado familiar, mediante requerimento do próprio, na sequência de notificação para o efeito.

2-Preço máximo de venda:

T2: € 51 846,00

T3: € 60 741,00

3-Desconto de 40%, para pronto pagamento do preço de compra e venda.

4-Ónus de não alienação: 5 após a aquisição. O ónus de inalienabilidade está sujeito a registo e cessa automaticamente ocorrendo a morte ou invalidez permanente e absoluta do adquirente, ou pelo decurso do prazo, salvo se outro regime decorrer da legislação aplicável.

A Câmara Municipal pode autorizar a extinção dos ónus e condições previstos nos números anteriores, por motivos de força maior devidamente fundamentados e documentados.

5- A alienação é efetuada sem reserva de propriedade, em que o preço é pago na sua totalidade no ato de escritura

pública ou de celebração do documento particular autenticado de compra e venda, transmitindo-se a propriedade plena do imóvel.

6- O Município de Tarouca reserva-se o direito de não alienar qualquer imóvel por razões de interesse público.

7 - Podem requerer a alienação, pela seguinte ordem de preferência:

- a) O titular do contrato de arrendamento apoiado;
- b) A pedido do titular do contrato de arrendamento apoiado, o cônjuge ou quem com ele viva em regime de união de facto, os descendentes ou afins em linha reta, todos com residência efetiva no imóvel há pelo menos cinco anos, sempre com reserva de usufruto vitalício a favor daquele e outros eventualmente indicados pelo mesmo;
- c) A apreciação do requerimento e a concretização da alienação do imóvel está sujeita ao preenchimento dos seguintes requisitos cumulativos:

i) Contrato de arrendamento apoiado em vigor há pelo menos cinco anos; e

ii) Cumprimento pontual da obrigação de pagamento da renda nos 12 meses que antecedem o pedido, podendo o procedimento ser suspenso em caso verificação de mora no pagamento de renda posterior ao início do procedimento;

8 - O preço de venda é arredondado para a unidade de euro imediatamente superior.

9 - O preço de venda manter-se-á inalterado desde a data de aprovação da alienação pelo órgão competente, até ao limite máximo de seis meses após a data de disponibilização pelo Município ao interessado de toda a documentação necessária à formalização da alienação.

Tarouca, 09.02.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que já decorreram quinze anos após a construção dos 12 fogos, podendo por isso ser alienados. Tendo em conta, que já alguns arrendatários manifestaram vontade em adquirir os apartamentos onde residem, julga que a aprovação da venda seria importante, até para evitar despesas ao Município com a respetiva manutenção.

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Perguntou qual o valor das rendas que recebiam; e, em termos de bens, qual o respetivo valor líquido contabilístico que está registado, para se perceber qual o efeito nas contas de gestão.

Sugeriu que se afetasse a receita que vier a ser obtida à redução da dívida, para diminuir o risco futuro da subida dos juros.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl. **197**

2018.02.23

Nesta altura, o membro Liliana Matias Soares retirou-se da reunião.

- **José António Amaro Nunes** - Iniciou por recordar a história do Município em termos de construção de habitações sociais no Concelho, dada a tradição que sempre existiu na sua construção desde há muitos anos atrás, bem como também da respetiva venda, tendo concluído dizendo que não vê qualquer inconveniente na venda dos imóveis, até porque no próprio plano de saneamento financeiro se previa obter receita através da venda do imobilizado.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que não vai ser retirada a casa a nenhum dos moradores ali residentes, apenas procederão à venda a quem estiver interessado, pois apenas pretendem ajudar os moradores.

Informou que mensalmente o valor total da renda ronda os seiscentos euros, tendo a título de exemplo referido que ainda há pouco gastaram mil euros no arranjo de um dos apartamentos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por se congratular com as palavras do membro José António Amaro Nunes, porque relembrar a preocupação que sempre existiu no nosso Concelho com a habitação social é importante.

Informou o membro Carlos Alberto Moura Cabral de que o preço da venda foi calculado tendo em conta o valor da construção, deduzidos os 37% do valor da comparticipação, estando por isso apenas a desvalorizar-se em 3%, as quais já foram construídas há 15 anos, com uma depreciação de 2%/ano, o que significa que há aqui uma mais-valia de cerca de 27% do valor da venda, não lhe parece que nos últimos 15 anos tenha tido esse peso.

Intervieram ainda os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que a história é realmente importante, porque se pode verificar que a venda destas habitações está a seguir a história, ou seja, o mesmo procedimento que se seguiu no Bairro 5 de Outubro.

- **José António Amaro Nunes** - Informou que nunca nenhum dos prédios foi vendido totalmente. Mas, quando havia pessoas interessadas para comprar, eram vendidos.

O Senhor Presidente da Assembleia salientou a cláusula de salvaguarda que prevê o ónus da alienação de cinco anos, para que não existam aproveitamentos.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a alienação do prédio urbano composto por edifício de dois blocos, cada um com rés-do-chão, primeiro e segundo andar e cave comum, destinado a habitação, sito no lugar do Souto do Mercado,

freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 2338º e descrito na Conservatória do registo Predial de Tarouca sob o nº 02610 de 14 de janeiro de 2003 e ali inscrito a favor do Município de Tarouca sob a apresentação nº2 de 15 de outubro de 2003, a submeter ao regime da propriedade horizontal, nas seguintes condições:

1-Alienação direta aos arrendatários ou aos membros do respetivo agregado familiar, mediante requerimento do próprio, na sequência de notificação para o efeito.

2-Preço máximo de venda:

T2: € 51 846,00

T3: € 60 741,00

3-Desconto de 40%, para pronto pagamento do preço de compra e venda.

4-Ónus de não alienação: 5 após a aquisição. O ónus de inalienabilidade está sujeito a registo e cessa automaticamente ocorrendo a morte ou invalidez permanente e absoluta do adquirente, ou pelo decurso do prazo, salvo se outro regime decorrer da legislação aplicável.

A Câmara Municipal pode autorizar a extinção dos ónus e condições previstos nos números anteriores, por motivos de força maior devidamente fundamentados e documentados.

5- A alienação é efetuada sem reserva de propriedade, em que o preço é pago na sua totalidade no ato de escritura pública ou de celebração do documento particular autenticado de compra e venda, transmitindo-se a propriedade plena do imóvel.

6- O Município de Tarouca reserva-se o direito de não alienar qualquer imóvel por razões de interesse público.

7 - Podem requerer a alienação, pela seguinte ordem de preferência:

a) O titular do contrato de arrendamento apoiado;

b) A pedido do titular do contrato de arrendamento apoiado, o cônjuge ou quem com ele viva em regime de união de facto, os descendentes ou afins em linha reta, todos com residência efetiva no imóvel há pelo menos cinco anos, sempre com reserva de usufruto vitalício a favor daquele e outros eventualmente indicados pelo mesmo;



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl. _____

198

2018.02.23

c) A apreciação do requerimento e a concretização da alienação do imóvel está sujeita ao preenchimento dos seguintes requisitos cumulativos:

i) Contrato de arrendamento apoiado em vigor há pelo menos cinco anos; e

ii) Cumprimento pontual da obrigação de pagamento da renda nos 12 meses que antecedem o pedido, podendo o procedimento ser suspenso em caso verificação de mora no pagamento de renda posterior ao início do procedimento;

8 - O preço de venda é arredondado para a unidade de euro imediatamente superior.

9 - O preço de venda manter-se-á inalterado desde a data de aprovação da alienação pelo órgão competente, até ao limite máximo de seis meses após a data de disponibilização pelo Município ao interessado de toda a documentação necessária à formalização da alienação. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7. Apreciação da Informação Respeitante aos Compromissos com Encargos Plurianuais Assumidos no Período de 01.09.2017 a 04.12.2017

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de 15 de fevereiro de 2018, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo das autorizações genéricas concedidas por deliberações da Assembleia Municipal datadas de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017, e de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, respetivamente, reportada ao período de 05.12.2017 a 09.02.2018, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO
INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 05.12.2017 a 09.02.2018**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017, junto se

anexa a respetiva lista, até 31.12.2017, cujos valores são os seguintes:

Período de 2017.12.05 a 2017.12.31		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2017.01.02
2018	48 976,69 €	1 131 220,96 €
2019	0,00 €	336 691,89 €
2020	0,00 €	271 397,24 €
2021	0,00 €	255 070,45 €
	48 976,69 €	1 994 380,54 €

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 09.02.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 2018.01.01 a 2018.02.09		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	275 439,85 €	275 439,85 €
2020	228 394,86 €	228 394,86 €
2021	216 000,00 €	216 000,00 €
	719 834,71 €	719 834,71 €

Paços do Município, 09.02.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Não houve intervenções.

Foi apreciada e tomado conhecimento da presente informação.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

199

Fl.

2018.02.23

PONTO 8 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respectiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09).

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Solicitou os seguintes esclarecimentos:

- Qual o destino da viatura pesada e porque é que num caso temos uma locação operacional e no outro uma locação financeira;

- Qual a verba que envolve o apoio às famílias carenciadas;

- Em termos de ambiente/qualidade, gostaria de saber se os Tarouquenses podem estar sossegados com os resultados das análises da água;

- Quanto ao acompanhamento da suinicultura, perguntou se há algum problema;

- Em relação à aplicação de herbicidas, perguntou se são aplicados produtos proibidos.

- **José António Amaro Nunes** - Disse que numa reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tarouca ouviu queixas sobre a lagarta do pinheiro junto à escola, tendo perguntado como está o Executivo a pensar em resolver o problema.

Perguntou ainda como pretendem combater a praga da vespa asiática e se já foi tomada alguma medida para resolver a situação.

Quanto à referência na informação aos infratores em termos de proteção civil, perguntou se já foram levantados alguns autos de contraordenação ou se foram só identificadas as situações.

No que respeita à prevenção dos incêndios, e tendo em conta o que foi referido sobre a calendarização para as limpezas dos terrenos, salientou que a lei já tinha sido publicada há alguns anos, mas nunca foi cumprida, o que só aconteceu com esta calendarização, porque anteriormente nunca houve nada que impusesse o seu cumprimento.

Concluiu dizendo que no Concelho a época dos incêndios já começou, porque tiveram já dez focos de incêndio, tendo apelado à sensibilidade do Senhor Presidente da Câmara para esta questão, porque entende que são as entidades públicas que devem dar o exemplo aos particulares.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que a forma como o Governo pensou resolver a questão do combate aos incêndios, não foi correta, porque deveria ter feito acompanhar a delegação de competências com as verbas necessárias para o efeito, e apenas se limitou a transferir responsabilidades nessa matéria.

Referiu que, na próxima época de incêndios, todos os problemas que vierem a acontecer serão da responsabilidade dos Autarcas, com o que não concorda, assim como a Associação Nacional de Municípios também está em desacordo, pois o Governo quis apenas transferir responsabilidades para as Autarquias, sendo humanamente impossível cumprir a Lei dentro do prazo estipulado.

Concluiu salientando a importância da criação da Área Empresarial de Tarouca, uma vez que entende que foi um erro histórico de todos os anteriores Executivos não terem criado uma zona industrial.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por referir que o apoio às famílias carenciadas resulta da análise feita pelos técnicos dos Serviços de Ação Social.

Salientou a boa relação que existe entre o Município e os Bombeiros, estando a ser feito o que é possível para dar cumprimento à Lei, pois nem a Câmara Municipal, nem as Juntas de Freguesia, têm estruturas suficientes para satisfazer todas as situações.

Passou de seguida a palavra ao **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, que iniciou por explicar que a viatura pesada de passageiros resultou de um bom negócio realizado pelo Senhor Presidente da Câmara com a EDP Renováveis, pois conseguiu o seu patrocínio a 100% e é a empresa que vai adquirir o veículo.

Em termos ambientais, disse que as análises à água para consumo apresentam 99% de cumprimento de todos os parâmetros, tendo sido de imediato corrigido o 1% que não estava bem.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl. 002

2018.02.23

Relativamente às águas residuais da pocilga, disse que é uma preocupação constante, e por isso vão acompanhando sempre, tendo informado que atualmente estão a ser ali produzidos *pellets* com os resíduos.

No que respeita aos herbicidas, disse que têm sido utilizados os que são permitidos legalmente, apesar de não serem tão eficazes.

Quanto à lagarta do pinheiro, disse que o seu combate é muito difícil, mas estão atentos.

Relativamente ao combate à vespa asiática, disse que têm tido a colaboração dos Bombeiros, para ajudar na sua eliminação.

Em relação à vespa da galha do castanheiro, disse que é um problema de toda a Europa e que em dois mil e dezassete foi detetada a sua presença no Concelho e por isso em dois mil e dezoito terá lugar um conjunto de largadas de insetos para as combaterem, o que também tem de ser bem controlado, senão será prejudicial. Disse ainda que no ano findo, não houve largadas desta espécie, porque em 2016 não tinha sido identificada a referida vespa no Concelho.

Quanto às infrações em termos de proteção civil, explicou que ainda não foram levantados autos de contraordenação, apenas têm sido notificados os proprietários quando os terrenos necessitam de ser limpos. Disse ainda que o Município não tem competência para aplicar coimas desde o ano de dois mil e catorze.

Informou que o Município tem feito regularmente a revisão do Plano de Florestas e que foi feito uma nova carta de riscos para o Concelho, a fim de se prever a probabilidade de incêndios.

Quanto à época de incêndios, considera que não há agenda, nem calendário, e existe uma grande incapacidade para o seu combate fora da época considerada normal, o que é muito perigoso e preocupante, em face das alterações climáticas que vivemos.

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Sobre a questão da limpeza dos terrenos, disse que pode ser aproveitada esta oportunidade para identificar parcelas nos meios rurais, a fim de que os seus proprietários tomem consciência do problema que ali têm e até mais facilmente concordem com a sua alienação. Manifestou

ainda a sua revolta por verificar que há proprietários que estão a plantar eucaliptos nos seus jardins.

Foi tomado conhecimento.

Procedeu-se de seguida à leitura da minuta da ata, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Maria Guerra Borges*, Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

